



GT 53. Índios em cidades e cidades indígenas

Coordenador(es):

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Ricardo Ventura Santos (FIOCRUZ)

Debatedor/a: José Carlos Matos Pereira (CBAE/UFRJ)

O tema da migração ou mobilidade indígena para centros urbanos, com as transformações cosmológicas, organizacionais e identitárias nele implicadas é matéria de interesse crescente na antropologia produzida nos EUA, na América Latina e no Brasil. Depois dos primeiros trabalhos sobre o tema na década de 1960, com Cardoso de Oliveira, e na década de 1980 com seus orientandos, o tema praticamente saiu da pauta da antropologia feita no Brasil, para só ser retomado duas décadas depois, em larga medida sob o impacto dos dados produzidos em escala nacional com a introdução da categoria “indígena” na lista de opções de auto-atribuição na pergunta sobre cor ou raça dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Neles registrou-se não apenas um crescimento da população auto-atribuída indígena de praticamente 100% da primeira para a segunda década, como também que esta população estava dividida em proporções praticamente iguais entre áreas rurais e urbanas. Isso impulsionou tanto os estudos demográficos e etnográficos sobre indígenas em situações urbanas, quanto vem renovando o diálogo interdisciplinar. Este GT tem por objetivo reunir trabalhos sobre a situação dos índios em cidades, com a expectativa de construir um panorama sobre o tema, suas abordagens e pautas de trabalho.

A cidade, o étnico e o indígena

Autoria: José Carlos Matos Pereira (CBAE/UFRJ)

O debate acerca da questão étnica na cidade não é novo, pelo menos em uma de suas dimensões. Estamos nos referindo a dos migrantes estrangeiros em cidades. Para fins de análise, tomamos como ponto de partida e exemplo, aqueles migrantes em cidades norte-americanas, alvo das explicações da “Escola de Chicago” que, entre as décadas de 1910 e 1940 do século passado, buscava explicar o processo de urbanização que passava aquele país. A segunda dimensão do étnico remete aos quilombolas ou remanescentes de quilombo na cidade. Arruti (2019) tomando como referência as formulações de Nascimento (1980) assinala que “Quilombo” não deve associado ao escravo fugido. Ao contrário, esse termo remete ao ideário de fraternidade, igualdade, liberdade, convivência e comunhão. Acrescido do adjetivo “urbano” significa um uso ressemantizado que se vincula ao passado das lutas do movimento negro e que tornaria possível propiciar conquistas contemporâneas como, por exemplo, a propriedade coletiva da terra, bem como o reconhecimento histórico do papel da população negra na formação social do Brasil. Por fim, tratamos dos indígenas em cidades (amazônicas). Assinalamos que o conceito [de Etnicidade] é definido como envolvendo relações entre coletividades no interior de sociedades envolventes, dominantes, culturalmente hegemônicas e onde tais coletividades vivem a situação de minorias étnicas, ou, ainda, de nacionalidades inseridas no espaço de um Estado-Nação (OLIVEIRA, 2006, p. 89). Dessa forma, para fins analíticos o étnico se refere aos migrantes estrangeiros, aos indígenas e quilombolas presentes em cidades. A cidade tratada em nossa análise diz respeito ao espaço de “coexistência” de múltiplas formas de viver em sociedade. No caso dos indígenas da cidade de Altamira (PA), Manaus e São Gabriel da Cachoeira analiticamente seguimos a perspectiva de Oliveira (1968) admitindo que há um processo de “integração sem assimilação?”. Dessa forma, nos afastamos das proposições que opõem aldeia e cidade, urbano e rural, ou que afirmam que o indígena na



cidade perde a sua identidade. O que vimos pelos estudos de casos é justamente o contrário. Aqui não nos referimos ao índio ?genérico?, porque os indígenas são de múltiplas etnias, falam muitas línguas, mantêm diversas práticas rituais, alimentares e arquitetônicas, se organizam politicamente e lutam por políticas diferenciadas nas áreas de saúde, educação, moradia e reivindicam acesso à universidade e ao mercado de work. Também mantêm laços fortes com o lugar de origem em visitas sistemáticas entre parentes, em deslocamentos que têm como fim estar ora na cidade, ora na aldeia. Assim, procuram se posicionar como agentes legítimos e aptos a conquistarem direitos sociais e políticas públicas de caráter étnico.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: